

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1184/XIV/2ª

### RECOMENDA AO GOVERNO UM INVESTIMENTO ROBUSTO NA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO DE APRENDIZAGENS E DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ALUNOS

Na primeira vaga, Portugal suspendeu as aulas presenciais a 16 de março e foi dos poucos países europeus que manteve o ensino à distância até final do ano letivo, com exceção para a preparação de exames nacionais para acesso ao Ensino Superior dos alunos do ensino secundário. Passado um ano, uma terceira vaga da pandemia e um novo confinamento que atingiu as escolas, os nossos alunos foram dos que estiveram mais tempo sem aulas presenciais.

Se a surpresa de uma pandemia inesperada justifica as dificuldades iniciais, as comunidades escolares e o país assistiram com espanto à inação do Ministério da Educação na preparação do ano letivo 2020/21, deixando às escolas a responsabilidade de elaborar os seus planos de contingência e estratégias de saúde pública sem um reforço efetivo de recursos para assegurar, nomeadamente, a diminuição do número de alunos por turma, o prolongamento dos horários das escolas e a recuperação das aprendizagens.

O estudo da OCDE em colaboração com a UNESCO, a UNICEF e o Banco Mundial, *The state of school education, one year into the COVID pandemic* faz um retrato da situação em 30 países referente a 1 de fevereiro de 2021. Portugal é identificado como um dos poucos países que não implementou medidas de fundo para mitigar o impacto do encerramento das escolas na aprendizagem dos alunos. Ao contrário de Portugal, 86% dos países incluídos no estudo já tinham avançado com medidas para o 5º e 6º anos de escolaridade, 75% já tinham criado medidas para o 9º ano e 73% para o ensino secundário. O Governo português apenas deu passos no sentido de apurar o impacto do confinamento no ensino.

O preço a pagar pela suspensão do ensino presencial é demasiado alto. É por isso que o Bloco tem insistido em propostas de preparação do ano letivo e nos esforços necessários para evitar fechar as escolas. O governo ficou aquém. Nem todas as consequências serão irreversíveis, mas nada será como dantes. É desse princípio que devemos partir. Os diagnósticos ainda são limitados e preliminares, mas os indícios são assustadores: agravamento das desigualdades, perda de aprendizagens, atrasos no desenvolvimento, perda de competências, degradação da saúde mental.

Segundo os resultados preliminares do estudo de diagnóstico promovido pelo IAVE, mais de 50% dos alunos do 6.º e 9.º anos não conseguiram atingir os níveis esperados em três áreas: literacia matemática, literacia científica, e literacia de leitura e informação. Os estudantes do 6.º ano são os mais afetados pelo ensino à distância, enquanto os mais novos, do 3.º ano, tiveram mais facilidades em continuar a aprender em casa.

Um estudo realizado por uma equipa da Universidade de Coimbra, concluiu que a pandemia de covid-19 teve “um significativo impacto negativo na saúde mental dos jovens portugueses, especialmente nos níveis de depressão e de ansiedade”.

Já o estudo promovido por uma equipa de investigadores da Nova School of Business and Economics alerta para o aprofundamento das desigualdades sociais que se torna inevitável com o afastamento das crianças em relação à escola, uma inevitabilidade quando 13% não têm a casa adequadamente aquecida e 9,2% não têm luz suficiente no alojamento, enquanto 15,5% vive em alojamentos sobrelotados, 6,5% das crianças vivem numa zona com crime, violência ou vandalismo e quase 13% em sítios com poluição, sujidade ou outros problemas ambientais.

O reconhecimento dos profissionais da educação como linha da frente dos serviços essenciais foi um passo importante no sentido certo, o regresso à escola presencial. Mas agora importa centrar esforços na recuperação de competências sociais, emocionais e de aprendizagem perdidas desde o início da pandemia e, ao mesmo tempo, planear o futuro da educação num cenário em que a pandemia não será erradicada de um momento para outro.

O governo está ainda apostado em realizar um novo diagnóstico a partir das provas de aferição que já estavam preparadas e reuniu um grupo multidisciplinar para apresentar recomendações.

Preparar a recuperação não é simplesmente planear a educação pós-pandemia, como parece ter sido desejo do Governo no verão passado. Uma política de mínimos para enfrentar a crise máxima é, como vimos, um convite à inação. A outra vacina de que a escola pública precisa é o investimento.

O programa de recuperação que o país precisa tem de cumprir o desafio do Secretário-Geral da ONU e aumentar substancialmente o investimento em educação. Tem de confiar nos professores e reforçar a escola pública. Tem de chegar às aprendizagens mas também à saúde mental e às competências emocionais, sociais e físicas das crianças.

O próximo verão é essencial. Depois de um inverno de confinamento, a última coisa que as crianças precisam é de passar o verão em casa ou em frente a um ecrã. Mais uma vez, é aqui que tudo se decide: as desigualdades sociais podem ser agravadas ou contrariadas por políticas públicas.

O Governo deve reforçar a oferta de atividades lúdicas e desportivas durante as férias. Um programa nacional para as férias de verão, financiado pelo Governo e impulsionado pelas autarquias em articulação com o movimento associativo e as estruturas culturais e desportivas parte do reconhecimento de que o regresso a atividades coletivas acompanhadas é essencial para mitigar o impacto do confinamento na saúde mental dos jovens.

Essa aposta não dispensa, no entanto, o investimento em técnicos especializados nas escolas, numa ligação estreita ao Programa Nacional para Saúde Mental, com reforço de profissionais e mais investimento na educação inclusiva.

É preciso começar a atenuar o efeito da crise socioeconómica sobre os alunos e as suas famílias com um reforço da Ação Social Escolar. Como revela o estudo “Crianças em Portugal e ensino a distância: um retrato” (Nova SBE, Ambition Institute e ECARES) as condições socioeconómicas, as condições habitacionais e a alimentação têm impacto no desempenho escolar e no agravamento dos problemas trazidos pelo ensino não-presencial.

Para responder ao impacto da crise pandémica na educação, têm sido muitas as vezes que pedem racionalização do currículo e flexibilização da avaliação. Esse tem sido também o alerta do Bloco de Esquerda: é impossível que a escola faça o que tem a fazer se estiver

focada numa impossível recuperação de programas que já eram demasiado extensos antes da pandemia.

Não podemos ter uma escola a várias velocidades. Este é o tempo certo para começar uma revisão dos currículos e dos programas que respeite o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória e as aprendizagens essenciais - que não são nem nunca podem ser confundidas com o primarismo conservador das “disciplinas essenciais”.

Este é também o tempo certo para levar a sério a proposta de redução do número de alunos por turma e todas as medidas que promovam a personalização da educação, como os desdobramentos e as coadjuvações. Se aceitamos o diagnóstico de que o impacto da pandemia é desigual, temos a obrigação de permitir que o acompanhamento seja centrado nas necessidades de cada aluno.

Para cumprir este plano de recuperação, a Escola Pública precisa de mais profissionais. É necessário reforçar de imediato o número de auxiliares nas escolas e contratar mais professores. As promessas de rejuvenescimento e renovação do corpo docente feitas pelo Governo não têm passado de uma miragem. Para o Partido Socialista parece que nunca é tempo para enfrentar este problema estrutural da escola pública.

Há 34 mil precários no sistema, há docentes que saíram do sistema. Se queremos um Programa de Recuperação robusto, precisamos de todos. É preciso uma vinculação extraordinária de docentes e aprovar um regime de incentivos a professores deslocados. Não se pode adiar o investimento de que as escolas tanto precisam.

As escolas precisam de autonomia para identificar as necessidades e receber os recursos de que precisam, sem as limitações de um regateio constante com o Ministério da Educação.

Todo este esforço impõe que o ano letivo comece logo no início de setembro. Esta antecipação do início das aulas é essencial para que os alunos possam recuperar as aprendizagens em falta nos últimos anos letivos. Seguindo o critério que foi aplicado a outros grupos profissionais de serviços essenciais, o acréscimo de trabalho que a preparação do plano de recuperação e a antecipação do início do ano letivo representa deve dar lugar a uma majoração de 50% sobre a remuneração correspondente a trabalho

suplementar ou à possibilidade de conversão desse trabalho suplementar em contabilização de tempo de serviço para efeitos de aposentação.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Garanta que todas as Escolas têm autonomia e recursos para desenvolver os seus planos de recuperação próprios, tendo em conta orientações nacionais, incluindo todos os docentes de que necessita, reforçando os créditos horários atribuídos aos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas para efeitos de contratação inicial e o apoio aos professores deslocados;
2. Promova a renovação e o rejuvenescimento do corpo docente para dar um novo impulso à Escola Pública através de um concurso extraordinário de vinculação de professores;
3. Inicie o próximo ano letivo logo no início de Setembro, possibilitando o levantamento das necessidades dos alunos e a elaboração de plano de recuperação adequado a cada escola. Tornando, desta forma, possível avaliar não só as estratégias pedagógicas mais adequadas, mas também os recursos necessários, nomeadamente reforço de docentes e de técnicos especializados. E permitindo ainda um maior desfasamento do regresso às aulas, adaptado a cada realidade escolar. O acréscimo de trabalho necessário para preparação do plano de recuperação será compensado através de uma majoração de 50% sobre a remuneração correspondente a trabalho suplementar ou através da possibilidade de conversão desse trabalho suplementar em contabilização de tempo de serviço para efeitos de aposentação;
4. Proceda à contratação imediata de auxiliares de acordo com as necessidades identificadas pelas escolas;
5. Proceda a uma adaptação curricular imediata, durante um período de transição até à conclusão da revisão dos currículos, programas e manuais, reduzindo a dimensão da matéria a lecionar para centrar os esforços na recuperação e consolidação das aprendizagens essenciais em cada ciclo de estudos, tendo em conta o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
6. Tome medidas para reduzir o impacto do confinamento na saúde mental e no desenvolvimento social e psicológico das crianças e jovens, numa estreita ligação

com o Plano Nacional para a Saúde Mental, e reforce o investimento na Educação Inclusiva, contratando mais profissionais, ampliando recursos e expandindo as unidades de apoio especializado;

7. Crie um programa nacional de férias de verão, universal e gratuito, financiado pelo governo e implementado pelas autarquias em articulação com as estruturas culturais e desportivas e o movimento associativo;
8. Reforce os apoios da Ação Social Escolar e reveja os critérios de acesso de forma a incluir mais beneficiários, considerando as quebras de rendimentos mais abruptas motivadas pela crise socioeconómica e alargando os apoios a mais escalões de rendimentos;
9. Crie condições para um ensino mais personalizado, com a redução do número de alunos por turma, o desdobramento de turmas, a coadjuvação em sala de aula e o desenvolvimento do trabalho interpares em pequenos grupos de alunos.

Assembleia da República, 15 de abril de 2021

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Joana Mortágua; Alexandra Vieira; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Jorge Costa;  
Beatriz Dias; Diana Santos; Fabíola Cardoso; Isabel Pires; João Vasconcelos;  
José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro; Maria Manuel Rola;  
Moisés Ferreira; Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Catarina Martins